



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República na Paraíba

SELEÇÃO PARA ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO NA ÁREA DE DIREITO 2018

Data: 30.09.2018

INSTRUÇÕES PARA A PROVA

Leia com atenção as instruções abaixo:

- A prova objetiva é composta por **30 (trinta) questões**, de múltipla escolha, sendo apenas uma resposta a correta.
- Antes de começar a prova, verifique se todas as páginas e o número de questões estão corretos, não sendo aceito reclamações após o início.
- A prova subjetiva, que deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de **tinta azul ou preta, nas folhas destinadas a esse fim**, constará de 3 (três) questões, sendo 1 (uma) questão que será um caso prático onde o candidato deverá apresentar uma solução jurídica, escrevendo, no máximo, 70 (setenta) linhas e sem exigência de número mínimo, valendo 3,2 (três inteiros e dois décimos) pontos e 2 (duas) questões na qual o candidato deverá dissertar sobre temas que serão apresentados no momento da realização da prova, escrevendo no máximo 30 (trinta) linhas e sem exigência de número mínimo, valendo 1,0 (um inteiro) ponto cada uma. Além dos conhecimentos jurídicos, essa servirá para medir a capacidade de expressão do candidato na modalidade escrita, coerência textual e correção gramatical e ortográfica, sendo que **parte da nota nessa prova levará em conta o domínio dessas aptidões relacionadas à língua portuguesa.**
- **Não** é permitida consulta à legislação, doutrina, jurisprudência ou a qualquer outro material e os(as) candidatos(as) não poderão conversar entre si, nem manter contato de espécie alguma.
- O tempo de duração das provas é de **4 (quatro) horas**, incluído a prova objetiva e subjetiva.
- O(A) candidato(a) deverá acertar, no mínimo, **50%** das questões objetivas para ser habilitado à correção da prova subjetiva.
- Durante a realização das provas não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquina calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, nem o porte ou uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico e/ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, mp3, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, tablet, gravador ou outros equipamentos similares), bem como de protetores auriculares, **ficando automaticamente excluído o(a) candidato(a) que for surpreendido nessas situações.**
- Os telefones celulares e similares **não** podem ser manipulados e devem permanecer **desligados** durante o período em que o(a) candidato(a) se encontrar na sala, bem como os pertences não utilizados na prova deverão estar embaixo da carteira, **ficando automaticamente excluído o(a) candidato(a) que for surpreendido nessas situações.**
- Será permitida a saída do candidato com o caderno de provas apenas **após transcorrido 01 (uma) hora do início das provas e desde que entregues a folha de respostas e a dissertação ao fiscal.**
- O(A) candidato(a) deverá marcar a folha de respostas **com caneta esferográfica preta ou azul**, escolhendo dentre as alternativas **A, B, C, D**, sendo desconsiderada a resposta se não for atendido o referido critério de preenchimento. Rasuras e a informação de mais de uma alternativa na mesma questão anulará a resposta, bem como o preenchimento **a lápis grafite.**
- **Não haverá substituição da folha de respostas nem da dissertação por erro do(a) candidato(a).**
- Leia com atenção todas as questões e, havendo dúvidas, levante o braço para que um fiscal da prova o atenda.
- O gabarito da prova objetiva será divulgado no dia **01.10.2018, a partir das 18:00h**, através do site www.mpf.mp.br/pb, abrindo-se o prazo de 02 (dois) dias úteis para interposição de recursos, a contar da data de divulgação do resultado do gabarito oficial.
- Não será considerado, em hipótese alguma, o que for escrito nas folhas de rascunho.

Boa prova !!!

PROVA OBJETIVA

1) Acerca dos títulos “Da Ordem Econômica e Financeira” e “Da Ordem Social” da Constituição Federal, marque a alternativa correta:

- a) As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao proprietário e ao concessionário a propriedade do produto da lavra, na forma da lei.
- b) A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais somente poderão ser efetuados mediante permissão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, sendo vedado o desenvolvimento dessas atividades em faixa de fronteira ou terras indígenas.
- c) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este indicativo para o setor público e determinante para o setor privado.
- d) A pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos cuja produção, comercialização e utilização poderão ser autorizadas sob regime de permissão, constituem regime de monopólio da União.

2) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, marque a alternativa correta acerca do controle de constitucionalidade e do conflito entre direitos fundamentais.

- a) A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) é meio processual inadequado para o controle de decreto regulamentar de lei estadual, segundo entendimento pacificado no STF.
- b) A arguição de descumprimento de preceito fundamental, quando impugnar atos estatais, como as decisões judiciais, poderá ser utilizada, ainda que não se demonstre que há relevante controvérsia constitucional sobre determinado tema.
- c) As garantias individuais relativas aos direitos de personalidade ostentam preferência em relação à liberdade de expressão. Destarte, é possível suspender a publicação em blog da internet de matéria jornalística que possivelmente afronte a intimidade de juiz federal, não constituindo tal determinação censura prévia.
- d) É vedado conhecer de ação direta de inconstitucionalidade como arguição de descumprimento de preceito fundamental, quando coexistentes todos os requisitos de admissibilidade desta, em caso de inadmissibilidade daquela.

3) Segundo o texto constitucional vigente e a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal, marque a alternativa incorreta:

- a) São normas eminentemente procedimentais em matéria processual, autorizadas pelo art. 24 da CF/88, as que dispõem sobre a criação, por lei estadual, de varas especializadas em delitos praticados por organizações criminosas.
- b) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual.

- c) Compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte.
- d) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.

4) Denominam-se princípios constitucionais sensíveis, exceto:

- a) Forma republicana, sistema representativo e regime democrático.
- b) A separação dos Poderes.
- c) Aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
- d) Prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

5) Conforme o disposto no texto constitucional, marque alternativa incorreta:

- a) São reconhecidos aos índios sua organização social e, no que não for contrário a lei, os costumes, crenças e tradições.
- b) São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
- c) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- d) São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

6) No tocante à Responsabilidade Civil da Administração, considerando a jurisprudência do STJ, marque a alternativa incorreta:

- a) A Administração Pública responde civilmente pelos danos causados por seus agentes, exceto quando estes estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal.
- b) Em se tratando de responsabilidade civil do Estado por rompimento de barragem, é possível a comprovação de prejuízos de ordem material por prova exclusivamente testemunhal, diante da impossibilidade de produção ou utilização de outro meio probatório.
- c) No caso de atropelamento de pedestre em via férrea, configura-se a concorrência de causas, impondo a redução da indenização por dano moral pela metade, quando a concessionária do transporte ferroviário descumpra o dever de cercar e fiscalizar os limites da linha férrea, mormente em locais urbanos e populosos, adotando conduta negligente no tocante às necessárias práticas

de cuidado e vigilância tendentes a evitar a ocorrência de sinistros e a vítima adota conduta imprudente, atravessando a via férrea em local inapropriado.

d) Apesar de situações fáticas variadas no tocante ao descumprimento do dever de segurança e vigilância contínua das vias férreas, a responsabilização da concessionária é uma constante, passível de ser elidida tão somente quando cabalmente comprovada a culpa exclusiva da vítima

7) No que se refere à classificação dos atos administrativos e suas espécies, assinale a opção correta.

a) Licença para o exercício de determinado direito é exemplo de ato administrativo vinculado.

b) Autorização administrativa é ato administrativo de caráter irrevogável.

c) A decisão proferida por órgão colegiado é exemplo de ato administrativo complexo.

d) A cobrança de multa imposta em sede de poder de polícia é de ato administrativo autoexecutório.

8) Segundo o disposto na LC n. 75/1993, marque a alternativa incorreta:

a) É vedado aos órgãos de defesa dos direitos constitucionais do cidadão promover em juízo a defesa de direitos individuais lesados.

b) Se o Procurador dos Direitos do Cidadão concluir que direitos constitucionais foram ou estão sendo desrespeitados, deverá notificar o responsável para que tome as providências necessárias a prevenir a repetição ou que determine a cessação do desrespeito verificado. Não atendida, no prazo devido, a mencionada notificação, a Procuradoria dos Direitos do Cidadão promoverá em juízo a defesa de direitos individuais lesados.

c) O Procurador dos Direitos do Cidadão agirá de ofício ou mediante representação, notificando a autoridade questionada para que preste informação, no prazo que assinar.

d) Sempre que o titular do direito lesado não puder constituir advogado e a ação cabível não incumbir ao Ministério Público, o caso, com os elementos colhidos, será encaminhado à Defensoria Pública competente.

9) Acerca da Lei de Licitações (Lei n. 8.666/93), marque a alternativa incorreta:

a) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

b) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

c) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

d) Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

10) Acerca do entendimento dominante no Superior Tribunal de Justiça sobre concursos públicos marque a alternativa incorreta:

a) O Poder Judiciário não pode substituir a banca examinadora do certame e tampouco se imiscuir nos critérios de atribuição de notas e de correção de provas, visto que sua atuação se restringe ao controle jurisdicional da legalidade do concurso público e da observância do princípio da vinculação ao edital.

b) A administração pública pode anular, no prazo decadencial de 5 (cinco) anos, o ato de provimento efetivo flagrantemente inconstitucional, desde que seja instaurado o respectivo procedimento administrativo e preservados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

c) Na hipótese de abertura de novo concurso público dentro do prazo de validade do certame anterior, o termo inicial do prazo decadencial para a impetração do mandado de segurança por candidatos remanescentes é a data da publicação do novo edital.

d) A nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público, por meio de decisão judicial, à qual atribuída eficácia retroativa, não gera direito às promoções e às progressões funcionais que alcançariam caso a nomeação houvesse ocorrido a tempo e a modo.

11) Quanto ao mandado de injunção, conforme o disposto na Lei n. 13.300/2016, assinale a resposta incorreta:

a) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta total ou parcial de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

b) A decisão produzirá efeitos *erga omnes* até o advento da norma regulamentadora, exceto quando indispensável ao exercício do direito, da liberdade ou da prerrogativa objeto da impetração, quando será conferida eficácia *ultra partes*.

c) Sem prejuízo dos efeitos já produzidos, a decisão proferida em sede de Mandado de Injunção poderá ser revista, a pedido de qualquer interessado, quando sobrevierem relevantes modificações das circunstâncias de fato ou de direito.

d) O mandado de injunção coletivo pode ser promovido pelo Ministério Público, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático ou dos interesses sociais ou individuais indisponíveis.

12) Julgue com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações sobre o tema dos limites da jurisdição nacional, segundo o disposto no Código do Processo Civil.

I. Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil ou no exterior.

II. Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações decorrentes de relações de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil.

III. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.

IV. A ação proposta perante tribunal estrangeiro não induz litispendência e não obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil.

A sequência correta do julgamento das assertivas, de cima para baixo, é

- a) F – V – F – F.
- b) F – V – V – V.
- c) V – F – V – F.
- d) F – F – V – V.

13) O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS deu início a um plano de venda de seus imóveis, o que incluía a etapa de avaliação desses ativos pelo seu departamento de engenharia. Mévio, engenheiro-chefe responsável pelas avaliações retificou as avaliações que lhe foram entregues, imprimindo-lhes por imperícia uma redução de valor da ordem de 20% do preço de mercado. Depois da mudança de valores, restou viabilizada a alienação de dez desses imóveis, com dispensa de licitação, para a Construtora M & T LTDA. Com base nessas informações, marque a assertiva correta:

- a) Mévio cometeu ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- b) Mévio cometeu ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- c) Mévio cometeu ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- d) Mévio não cometeu ato de improbidade de administrativa, vez que a lesão ao erário que ensejou perda patrimonial ao DNOCS se deu em decorrência de ato culposos.

14) De acordo com Novo Código de Processo Civil, é possível estabilização da tutela

- a) cautelar de urgência requerida em caráter antecedente se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso;
- b) provisória concedida em caráter incidental se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso tempestivo.
- c) cautelar concedida em caráter antecedente se da decisão não interposição de recurso cabível.
- d) antecipada de urgência requerida em caráter antecedente se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.

15) Acerca das normas processuais civis e dos atos processuais, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O pronunciamento judicial que rejeita a exceção de pré-executividade, com o prosseguimento da execução, qualifica-se como decisão interlocutória, recorrível por agravo de instrumento, porque prossegue normalmente o processo.

- b) Acolhido o pedido da exceção de pré-executividade, a execução será extinta, por sentença terminativa, recorrível por apelação, sendo o exequente condenado ao pagamento das verbas de sucumbência, ainda que o acolhimento seja parcial.
- c) Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.
- d) O executado, se realizada a penhora, depósito ou caução, poderá se opor à execução por meio de embargos.

16) Acerca das ações constitucionais de habeas corpus, mandado de segurança e sua interpretação jurisprudencial, assinale a alternativa incorreta:

- a) Para o conhecimento dessas ações constitucionais, pressupõe-se prova pré-constituída do direito alegado.
- b) Por assegurar a liberdade de locomoção, pode-se utilizar o *habeas corpus*, em processo civil, quando eventuais medidas executivas atípicas restringirem abusivamente essa liberdade.
- c) Admite-se *habeas corpus* contra punições disciplinares militares para análise da regularidade formal do procedimento administrativo ou de manifesta teratologia.
- d) O habeas corpus pode ser impetrado em favor de pessoas jurídicas, quando sanções penais por crimes ambientais inviabilizarem sua continuidade empresarial.

17) Considerando as garantias constitucionais no Processo Penal, julgue os itens a seguir, assinalando a assertiva incorreta:

- a) Do texto normativo do art. 5º, inc. LXIII, da Constituição Federal (“o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado [...]”), extrai-se o direito à não autoincriminação, pelo qual o investigado ou acusado tem a garantia de negar a produção de provas contra si.
- b) O direito ao silêncio é um dos aspectos do direito à não autoincriminação, permitindo ao investigado ou acusado silenciar perante a Autoridade Policial, o Ministério Público ou o Magistrado, sem que essa postura seja interpretada contra si.
- c) O direito ao silêncio não acolhe a possibilidade do investigado ou acusado de falsear a verdade, podendo este incidir no crime de fraude processual (art. 347 do Código Penal).
- d) A condução coercitiva do investigado ou acusado para interrogatório não é compatível com a nossa ordem constitucional.

18) Considerando as disposições penais e processuais penais especiais previstas na legislação extravagante e o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, julgue as alternativas, assinalando a incorreta:

- a) A ação penal, nos crimes contra o sistema financeiro nacional (Lei nº. 7.492/1986), será promovida pelo Ministério Público Federal, perante a Justiça Federal.
- b) Na ação penal em crimes de tráfico ilícito de drogas (Lei nº. 11.343/2006), após a fase de recebimento da denúncia, deverá ser realizada a audiência de instrução e julgamento, na qual o interrogatório do réu deve ser o primeiro ato instrutório.

- c) O juiz poderá recusar homologação à proposta de colaboração premiada envolvendo organizações criminosas, quando não atender aos requisitos legais.
- d) O pagamento do débito tributário, a qualquer tempo, até mesmo após o advento do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, é causa da extinção da punibilidade do acusado.

19) Rafael, atual Prefeito no alto sertão paraibano, simulara procedimento licitatório para direcionar seu resultado a fornecedor que emitiu notas fiscais inidôneas para justificar contabilmente a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. Assim, Rafael apropriou-se de verbas públicas causando dano ao erário.

Considerando a situação hipotética narrada, as disposições sobre a responsabilidade dos Prefeitos e a normas para licitação, assinale a opção correta:

- a) Não deverá Rafael ser denunciado pelo Ministério Público com base no Decreto-lei nº. 201/67, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, haja vista estarem lá previstos crimes de responsabilidade, que demandam juízo político da Câmara Municipal.
- b) O Ministério Público deverá denunciar o Prefeito por crime licitatório, porque a apropriação de recursos fica absorvido por este, já que é mero exaurimento daquele crime.
- c) A conduta de Rafael se adequou tipicamente a crime licitatório, pela simulação do procedimento, como também ao art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº. 8.429/1992) pelo efetivo dano ao erário causado, devendo responder por esses dois crimes.
- d) O Ministério Público deverá denunciar Rafael tanto pelo crime licitatório quanto pelo crime de responsabilidade de apropriação de rendas públicas do Decreto-Lei nº. 201/67.

20) Considerando a Lei nº. 11.343/2006, que estabelece normas para repressão ao tráfico ilícito de drogas, e sua interpretação pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal, julgue as alternativas e selecione a opção que condiz com o entendimento atual daqueles tribunais:

I - A necessidade de interferir na atuação de organização criminosa para o tráfico, assim como a natureza e quantidade da droga apreendida que evidenciem a gravidade concreta da conduta, constituem fundamentação idônea para a decretação da prisão preventiva.

II - Para a incidência da majorante pelo tráfico entre Estados da Federação, é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras entre esses, sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual.

III - A fixação da competência da Justiça Federal nesses crimes dependerá da caracterização da transnacionalidade do tráfico e do potencial danoso da droga apreendida.

- a) Está correta apenas o item I.
- b) Estão corretas só os itens I e II.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Estão errados todos os itens.

21) Em relação à vigência da lei penal no tempo e no espaço, assinale a alternativa incorreta:

- a) Quanto ao lugar do crime, para os crimes materiais, considera-se ocorrido o crime apenas no lugar onde se produziu resultado.

- b) O direito penal brasileiro, quanto ao tempo do crime, adota a teoria da atividade, pela qual considera o crime praticado no momento da omissão ou da ação.
- c) Na sucessão de leis penais, quando a posterior for mais gravosa, esta será aplicável nos casos de continuidade delitiva que se estenderem até a sua vigência.
- d) O princípio da irretroatividade da lei penal não se aplica em casos de a lei ser mais benéfica.

22) Considerando a seguinte situação hipotética: José e João discutiam sobre suas divergências políticas. No acirrar da discussão e após ser ofendido verbalmente, José desferiu uma facada em João com o intuito de matá-lo. João, suplicando por sua vida, noticiou que sua esposa está grávida. Por causa disso, voluntariamente José desistiu de prosseguir sua ação. João, mesmo lesionado, foi socorrido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) ao hospital sem risco de morte. Nesse cenário, analise as alternativas abaixo e, ao fim, marque a opção correta:

- I - José responderá apenas pelos atos já praticados.
- II - José cometeu o crime de tentativa de homicídio.
- III - José terá direito à diminuição de um a dois terços da pena abstratamente prevista.
- IV - A situação narrada apresenta um caso de arrependimento posterior.
- V - O quadro hipotético descrito configura-se desistência voluntária.

- a) I e V
- b) I, III e IV.
- c) I, II e IV
- d) II, III e V.

23) Considere a seguinte situação hipotética: Em viagem institucional em outro continente, a delegação da Presidência da República é vítima de furto, onde são subtraídos aparelhos eletrônicos tombados ao serviço público federal. Em relação ao crime praticado, assinale a alternativa incorreta:

- a) O furto praticado fica sujeito à lei brasileira, mesmo que cometido no estrangeiro.
- b) Os autores do furto poderão ser julgados no Brasil, mesmo que condenado no estrangeiro.
- c) A aplicação da lei penal ao fato depende do autor da ação delitiva entrar no território nacional.
- d) Independente da nacionalidade do infrator, a autoridade judiciária brasileira será competente para a ação penal.

24) Com relação aos crimes contra a Administração Pública, marque o item correto:

- a) Os tipos penais da corrupção ativa e passiva possuem os mesmos elementos, sendo cometidos simultaneamente assim que o particular entregar a vantagem indevida ao servidor.
- b) O servidor que, em razão de vantagem indevida, retardar a prática de ato de ofício comete corrupção passiva, com a incidência de causa de aumento de pena.
- c) A autoridade administrativa que deixar de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo comete prevaricação.
- d) O Diretor de penitenciária que deixar de cumprir seu dever de vedar ao custodiado acesso a aparelho telefônico comete condescendência criminosa.

25) Considerando esta situação hipotética: Guilherme é diretor administrativo de uma usina sucroalcooleira, detendo poder estatutário de representá-la. Sabendo que a usina despejaria resíduos da produção, causando danos diretos a uma Unidade de Conservação, Guilherme deixou de impedir a prática do crime ambiental, mesmo detendo poder para agir e evitar o resultado. Com base na Lei nº. 9.605/1998 e no posicionamento do Supremo Tribunal Federal, julgue as assertivas abaixo e selecione a alternativa correta:

I - Guilherme concorrerá na mesma prática delitiva que deverá ser imputada à usina.

II - A usina apenas será responsabilizada, se a conduta delitiva ocorreu por decisão de representante ou de órgão colegiado seus e se a ação se der em interesse ou benefício dela.

III – Uma vez movida a ação contra a pessoa jurídica e o diretor, aquela não poderá ser condenada penalmente se houver a absolvição deste, por haver necessário nexo causal entre as condutas.

a) Apenas a assertiva I é correta.

b) Estão corretas só as assertivas I e II.

c) Apenas as assertivas II e III são corretas.

d) Estão corretas as assertivas I e III.

26) Todas as entidades políticas têm o dever de exercer o poder de polícia ambiental, haja vista a proteção ambiental e o combate à poluição serem competência constitucional comum (art. 23, VI, CF). Considerando as disposições normativas a respeito, em matéria de concessão de licenças e autorizações ambientais, assinale a alternativa incorreta:

a) O licenciamento ambiental é procedimento administrativo decorrente do poder de polícia e importante instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente.

b) A construção, instalação, ampliação e funcionamento de atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento ambiental.

c) Financiamentos e incentivos fiscais poderão ser condicionados ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões ambientais expedidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente.

d) A competência para o licenciamento ambiental se confunde com a atribuição para exercer a fiscalização ambiental. Assim, só pode exercer a fiscalização ambiental de um empreendimento ou atividade, o ente que detiver a competência para licenciá-lo.

27) Consideram-se áreas de preservação permanente, exceto:

a) As restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.

b) Os manguezais, em toda a sua extensão.

c) Cobertura de vegetação nativa no percentual de 20% dos imóveis rurais.

d) As áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros.

28) Na busca de garantir a normalidade e legitimidade das eleições, a lei eleitoral veda práticas tendentes a interferir no equilíbrio da disputa política. São proibidas aos agentes públicos, por afetar a igualdade de oportunidades entre os candidatos, as seguintes condutas, exceto:

- a) ceder, em benefício de candidato, bens imóveis pertencentes à Administração Pública, ainda que seja para a realização de convenção partidária.
- b) usar materiais, custeados pelos Governos, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram
- c) permitir uso promocional em favor de coligação partidária de distribuição gratuita de serviços de caráter social custeados pelo Poder Público.
- d) realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade pública ou institucional, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito.

29) Considerando a ação de impugnação do registro de candidatura, analise as seguintes assertivas e escolha a opção correta:

I - São legitimados a ingressar com a presente ação os candidatos (“pré-candidatos”), os partidos políticos ou coligações e o Ministério Público Eleitoral.

II- A impugnação do registro não impede que o candidato *sub judice* efetue todos os atos relativos à campanha eleitoral, inclusive ter seu nome mantido na urna eletrônica enquanto estiver sob essa condição, ficando a validade dos votos a ele atribuídos condicionada ao deferimento de seu registro por instância superior.

III - Caso não se trate apenas de matéria de direito e a prova protestada for relevante, poderão ser inquiridas testemunhas no âmbito daquela ação.

- a) Todas estão erradas.
- b) Todas estão certas.
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas as os itens II e III estão corretos.

30) A respeito do que dispõe a Constituição Federal sobre Direitos Políticos e Partidos Políticos, assinale a opção incorreta:

- a) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a Direitos Políticos.
- b) Não podem se alistar como eleitores os conscritos durante o período do serviço militar obrigatório.
- c) É condição de elegibilidade a aprovação das contas do mandato anterior, quando houver.
- d) A ação de impugnação de mandato eletivo (AIME) é a única ação eleitoral prevista constitucionalmente.

PROVA SUBJETIVA

“Recebo com humildade o precioso legado de serviço à pátria, forjado pelos Procuradores-gerais da República que me antecederam, certa de que o Ministério Público deve promover justiça, defender a democracia, zelar pelo bem comum e pelo meio ambiente, assegurar voz a quem não a tem e garantir que ninguém esteja acima da lei e ninguém esteja abaixo da lei”

Raquel Elias Ferreira Dodge, Procuradora-geral da República, 18/09/2017

ATENÇÃO: Para cada questão subjetiva, utilize apenas o local específico destinado na folha de dissertação.

1ª QUESTÃO (Caso Prático - 3,2 pontos)

O Ministério Público Federal ingressou simultaneamente na Vara Federal Única de Juízo de Dentro – PB, com ação penal e ação de improbidade administrativa em face de Fulano Silvano, Sicrano Sousa e Beltrano Empreendimentos e Construções Ltda, narrando, na inicial de ambas as ações, fatos enquadrados como crimes de corrupção ativa e passiva, bem como de peculato, que resultaram no deferimento ilegal de licença ambiental por Fulano, diretor de Autarquia Ambiental Municipal, para realização, por Beltrano Ltda, de obra ainda hoje inacabada de um açude, a qual atingiu gravemente o meio ambiente local, tudo mediante financiamento com recursos federais oriundos de convênio de órgão do Estado, chefiado por Sicrano, com a União. Após quebra de sigilo bancário e telefônico, descobriram-se transferências de recursos de contas de Beltrano Ltda para contas do diretor Fulano, bem como de recursos do referido convênio para contas de “laranjas” ligados a Sicrano e Beltrano Ltda, e ainda diálogos telefônicos comprometedores entre Fulano e Sicrano.

Das defesas preliminares apresentadas em ambas as ações, extraem-se as seguintes teses: a) Fulano alega que os fatos narrados na denúncia em relação a ele se enquadram penalmente apenas no tipo do art. 67, § único, da Lei 9.605/98¹, o que ensejaria prescrição com base no art. 109 do Código Penal² em ambas as ações, pois o fato ocorreu há cerca de 11(onze) anos; b) Sicrano alega que as únicas provas que sustentaram a denúncia contra ele consistiram em dados bancários requisitados pelo MPF diretamente aos bancos (sem a necessária autorização judicial, tendo em vista envolver sua intimidade) para rastreamento do dinheiro a partir da conta aberta pelo Estado para movimentar recursos do convênio com a União e de interceptação telefônica que apenas pode ser usada para fins penais e jamais para ações cíveis; c) Beltrano, executora da obra, alega que não pode responder

1 Art. 67. Conceder o funcionário público licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizativo do Poder Público:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo, a pena é de três meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa.

2 Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (Redação dada pela Lei nº 12.234, de 2010).

I - em vinte anos, se o máximo da pena é superior a doze;

II - em dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito anos e não excede a doze;

III - em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito;

IV - em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro;

V - em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois;

VI - em 3 (três) anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano. (Redação dada pela Lei nº 12.234, de 2010).

pelo fato narrado, sem que nenhum de seus sócios e administradores também responda por eles; d) Todos alegam sofrer “bis in idem”, pois respondem a duas ações pelos mesmos fatos, com base nas mesmas provas e ainda perante juízo incompetente, pois se trata de supostos atos lesivos ao meio ambiente praticados por ente privado e autoridades municipal e estadual.

Apresente a argumentação que caberia ao MPF utilizar em relação às aludidas teses, envolvendo ambas as ações em questão (as respostas devem ser resumidas e formuladas em tópicos – “a”, “b”, “c”, “d” , conforme enunciado acima)

2ª QUESTÃO (1,0 ponto)

A jurisprudência que prevalece atualmente nas Cortes Superiores Brasileiras admite que um indivíduo cumpra pena privativa de liberdade por crime antes mesmo do trânsito em julgado de sentença condenatória, assim como que fique impedido de concorrer a eleições, esteja ou não cumprindo tal pena, em casos de determinados crimes. Desenvolva argumentos jurídicos a favor e contra ambas as possibilidades de restrição de direitos antes da formação da coisa julgada.

3ª QUESTÃO (1,0 ponto)

Pode o Ministério Público interferir na implementação de políticas públicas visando garantir direitos humanos fundados em normas constitucionais programáticas? Ofereça resposta fundamentada, abordando brevemente os seguintes aspectos: princípios e regras constitucionais, omissão legislativa e discricionariedade administrativa, legitimidade política dos orçamentos, instrumentos judiciais e extrajudiciais de atuação do MP.







